

ALGUNS ASPECTOS LIGADOS À "NORMA" DO SÉCULO XVIII

O início do século XVIII viu surgir em Portugal uma das últimas obras de um Autor que viria a marcar decisivamente algumas vertentes do pensamento linguístico português : trata-se do Vocabulário Português e Latino de D. Raphael Bluteau, um importante testemunho lexicográfico, mas (e) também, um exemplo normativo. Não é sem razão que ele surge citado (embora com algumas reservas em relação a certos vocábulos) no índice dos autores recomendados como modelo de pureza da língua para os aspirantes setecentistas e escritores.

Alguns problemas ficam já enunciados nesta breve introdução : fala-se de marco a nível normativo, de índice de autores a seguir, de "modelo" e de "pureza". Trata-se de outros tantos problemas na estruturação de uma língua - a língua portuguesa escrita de Setecentos - que teve o mérito, ou o desmérito, de ser a grande "influenciadora" de formas de falar, e mesmo de mentalidades, dos séculos seguintes, prolongando a sua acção até aos nossos dias.

Todas estas vertentes passam, ao longo do século XVIII, por um intenso trabalho ligado à reflexão filológica : além do já citado Vocabulário, desde as primeiras décadas surgem numerosas obras gramaticais (Regras da Língua, Artes de Gramática e Ortografias, por exemplo) que testemunham a dinâmica do pensamento português, fervilhante de ideias e de contradições nomeadamente nos aspectos linguístico, filosófico e social. Para o despoletar desta crise não se pode deixar de ter em atenção a importância, por um lado, da discreta infiltração de princípios do Iluminismo, por outro, de actividades censórias sob múltiplos aspectos, quer agindo directamente através da acção dos membros da Real Mesa Censória e mecanismos congéneres, quer através da "moda", do estigma do "bom-gosto", e mesmo da auto-censura.

A fixação normativa da língua, que se vinha processando lentamente desde o século XVI, verifica agora um avanço definitivo. Além da já referida multiplicação de obras de reflexão e prática gramatical, surge finalmente a aprovação oficial. Integrada na política cultural "esclarecida" do tempo de D. José I, é promulgada por Alvará de 11 de Setembro de 1770, a prioridade da língua portuguesa no ensino das primeiras letras. O mesmo Alvará impunha, também, a adopção de um livro único a ser usado nas classes de gramática. Tratava-se da Arte de Gramatica da Lingua Portuguesa de António José dos Reis Lobato, cujo Prefácio critica a colagem das gramáticas tradicionais ao modelo latino, negando a existência de casos em português, até aí sempre presentes nas obras gramaticais

da nossa língua. O trabalho, infelizmente, não segue totalmente o que o Prefácio deixa enunciado. Por outro lado, as indicações do Alvará régio também não foram cumpridas na íntegra, uma vez que se sabe de outras gramáticas adoptadas em várias escolas "de aprender a ler". Pode, por isso, adiantar-se, que, mesmo na sua fase terminal, o longo processo de autonomização da língua portuguesa face à "língua mãe" nada teve de pacífico.

A maioria dos autores setecentistas cultivava a ideia de que evolução linguística é igual a deterioração, muito embora, e já desde o princípio do século, houvesse quem defendesse o valor da língua "viva" face à "morta". É o caso de Bluteau, que na "Dedicatória a D. João V" do seu Vocabulário diz expressamente:

(...) nestas folhas tem V.M. os Retratos das vozes, com que os Romanos se fizeraõ ouvir em todo o mundo, & com que os Portuguezes são ouvidos em partes onde não chegaraõ os Romanos; mas nestes vocaes retratos ha esta differença, q. a Lingoa Latina, já morta, he incapaz de augmento; & a Lingoa Portugueza sempre viva, sempre vay tendo, para bem do Reyno, mayores progressos.

Bluteau, op. cit. (p.1)

Há quem, menos ousado, se limite a referências neutras às diferenças do português face ao latim, não obstante reconheçam a filiação e a subordinação da primeira à segunda.

Contador de Argote, no cap. V das suas Regras esclarece:

M. Que couse he Idiotismo?

D. He o modo de fallar proprio, e particular de alguma lingua.

M. E quantas castas ha de Idiotismo?

D. Na Lingua Portugueza muitas, & por ellas he que differe a Latina."

Contador de Argote, op. cit. p. 45

Outros testemunhos esforçam-se por justificar o estreito parentesco que une o português ao latim - ou seja, em contrada a realidade inevitável da diferenciação linguística, mas não a coragem de seguir rumos diferentes do pensamento gramatical tradicional, escolhe-se a forma mais simples de resolver o problema, "encaixando" o português nas regras da gramática latina. Assim, ao procurar-se provar que pouco tinha mudado de uma língua para a outra, ficaria também provada a superioridade do português face a outras línguas romances em que se verificavam alterações mais substanciais.

Mas esta era uma questão velha, com tendência a ser finalmente posta de parte. Se a estrutura das obras gramaticais saídas a lume continuava a obedecer às regras aprendidas com Quintiliano (sem dúvida o gramático latino mais citado na produção filológica portuguesa do século XVIII), o espírito que presidia à sua realização tinha mudado em relação aos séculos anteriores. Muitos dos autores são homens viajados, alguns estudaram noutros países. De qualquer modo, uma ou outra obra estrangeira deve ter conseguido escapar à vigilân

cia dos Censores e chegar às bibliotecas nacionais. Não é de admirar, pois, que as ideias mais "ilustadas" surjam aqui e ali, timidamente, muitas vezes apenas nos prólogos, para logo serem contrariadas no desenvolvimento da obra.

De um modo geral, a linha condutora da actividade filológica setecentista é a busca de ideais:

- de uma língua ideal, despida de "ideias plebeias", "rusticas" e "obscenas";
- de um vocabulário ideal, expurgado de "plebeísmos" e de "expressões chulas";
- de um autor ideal, capaz de competir com o grupo que, também idealmente, é considerado como sendo o dos "bons autores".

Todo este "idealismo" apresenta o risco de fazer esquecer as outras "linguagens" da língua portuguesa setecentista. E, no entanto, à margem das manifestações académicas, ou mesmo apadrinhadas por elas, multiplicam-se os códigos comunicacionais, a tal "língua viva" de que falava Bluteau, e a que ele muitas vezes recorreu para a ilustração do seu Vocabulário.

Os próprios autores setecentistas, por mais dedicados à luta pela pureza do idioma, reconheciam a existência da "língua" (estrutura linguística ideal comum a todos os falantes do português) e das "linguagens" (as suas actualizações em diferentes níveis, que podiam ser utilizados por uma mesma pessoa):

O mesmo author se desconhece quando escreve e

quando falla ; porque alli exercita o systema dos seus estudos, e aqui os progressos de sua ordinaria comunicação : alli exprime a lingua com a pureza com que foy nascida, aqui a expoem com os maos costumes com que foy criada : desviou-se de fallar só com os livros, acostumou-se a fallar com todos, e ficou sabendo na mesma lingua duas differentes languages.(...)

M. J. de Paiva. Infermidades da Lingua, p. 59

Depreende-se, daqui, que a "language de todos" não obedece à pureza ideal da língua, mas certamente terá obedecido à Língua, simplesmente. Claro que não dispomos da "língua viva" setecentista para fazer dela polo de comparação com a literária, retirando daí ilações seguras sobre a língua (no sentido de langue) do século XVIII em Portugal. Mesmo assim, é possível recolher numerosos documentos que ajudem a conhecer essas outras "linguagens", as tais que derivam "dos maos costumes com que foy criada" a língua inicialmente pura: correspondência particular, imitações de registos diversos que surgem em literatura de cordel, testemunhos de gramáticos e filólogos quando criticam os "erros", etc.. Cumpre, porém, encará-los com reservas: os diferentes níveis de língua podem surgir misturados, os traços "populares" das personagens dos textos dos folhetos volantes tipificados e, portanto, artificiais e exagerados. Quanto aos erros criticados pelos gramáticos, muitas vezes têm por base a variante individual do autor que, de um modo ou de outro, se julga detentor

da verdade em matéria linguística.

Todos os elementos referidos, entre muitos outros que poderiam ser considerados, terão contribuído para inibir a produção escrita nacional, mas terá sido, certamente, o domínio do "bom gosto" quem mais regras "impôs". Evocado para distinguir os "bons" dos "maus" autores, o "bom gosto" erige-se como um código rígido a que os escritores têm de obedecer mas que é difícil de conhecer objectivamente. É que, sendo embora um dos itens mais evocados para se chegar à pureza da língua, as referências ao que era na realidade são fluidas, como se pertencessem a uma esfera não nominável. Cândido Lusitano é um dos poucos que apresenta uma tentativa de definição do que seria o "bom gosto":

Os antigos chamavão-lhe Juizo, e isto he, o que propriamente he o Bom Gosto. He proceder com juizo, e decernimento nas obras, que compomos, e não menos nas que lemos.

(...)

Quando em hum Escritor ha este juizo penetrante, delicado e maduro, em fim, este Bom Gosto, costuma fallar consigo mesmo, e perguntar deste modo: Esta expressão, de que eu quero agora usar, servir-se-hia della Cicero na Prosa e Virgilio no Verso? Usaria deste Portuguez Jacinto Freire ou Vieira? (...) Eis aqui como discorre consigo mesmo hum bom Juizo, não faltando a examinar todas as particularidades, e circunstân-

cias para conseguir o fim do argumento proposto. A elle he, que propriamente toca a disposição, a ordem, e a economia; (...)

Cândido Lusitano, Ilustração Critica a huma carta, pp. 9-12

Trata-se de uma opinião aparentemente pacífica, de tal modo os seus ecos se repercutem ainda hoje na nossa memória literária. Acontece, porém, que o Bom Gosto não dependia só do autor que o pretendia pôr em prática - era necessário ter em conta a opinião do Crítico, figura temível do século XVIII, frequentemente anónimo, quem sabe se para melhor degferir as suas estocadas. Repetidamente acusado de só dizer mal por despeito (uma vez que não saberia ele próprio escrever), o Crítico chegava mesmo a ser mais temido que o Censor oficial, talvez por se considerar a sua opinião ainda menos objectiva (se tal fosse possível) que a deste último. A prova disso é que quase todos os autores deste século, já depois de terem a aprovação da Real Mesa Censória, do Santo Officio, do Desembargo do Paço, etc., etc., ainda inserem nos seus livros prólogos em que evocam a boa vontade dos leitores, nomeadamente a daqueles que antes de lerem a obra já a criticam. Veja-se, a título de exemplo, o conhecido "cuidado" com que Bluteau se refere aos vários tipos possíveis de leitor do seu Vocabulário (1).

Mais do que de uma manobra retórica, esta constante apóstrofe aos maus críticos parece-me ser uma necessidade do

Autor, que assim, como num esconjuro, se antecipa às "más línguas" dos seus opositores. E que "más línguas"?! As obras publicadas em resposta a outras chegam a ser de uma violência que ainda hoje choca, lidas a dois séculos de distância e sem conhecimento do contexto exacto em que ocorreram os factos com elas relacionados.(2)

E para que se pudesse efectivamente ter os Autores clássicos como modelo, houve mesmo quem publicasse listas de autores a seguir para atingir a pureza da língua, nomeadamente Cândido Lusitano

Nos Autores práticos, que se devem escolher para se purificar o juizo, entrão todos aqueles escritores mais veneráveis da antiguidade, que escreverão assim em prosa como em verso. (...)

Passando aos nossos Autores, he utilissima a lição de João de Barros, de Fr. Luis de Sousa, de Fr. Bernardo de Brito, de Vieira, de Jacinto Freire de Andrade, de Duarte Ribeiro de Macedo, do V. Bartolomeu do Quental, e de D. Francisco Manoel, posto que este affectasse usar de termos já antiquados para a sua idade, e fosse alguma cousa contaminado da peste da Hespanha.

(...) estes Autores (...) servem todos para a pureza da nossa língua."

Cândido Lusitano, Op. cit. p.25

Paralelamente, eram publicadas obras em que se ensi

nava o "espírito da língua", tema iluminista que exemplos dos "maiores escritores portugueses" ilustravam. António Pereira de Figueiredo, v.g., apresentou à Academia Real das Sciencias a sua memória intitulada "Espírito da Língua Portuguesa extraído das Décadas do insigne escritor João de Barros".

Se se quiser adiantar, desde já, alguns dados para uma maior aproximação do conceito de norma no século XVIII, é necessário ter em conta os seguintes aspectos que, de um modo ou de outro atrás foram referidos:

Os letrados de Setecentos tinham como principal preocupação a busca do "ideal" da língua, da "pureza" do idioma, ao mesmo tempo que sentiam a necessidade da fixação da língua. Tendo em vista estes dois interesses, juntamente com o ideal da correção gramatical a presidir a toda a produção literária, procuravam ter como modelo os Autores da Idade de Ouro da língua portuguesa. Esta "Idade do Ouro" teria sido, para uns, o século XVI (época de João de Barros, Diogo do Couto, etc.), antes do conceptismo invadir a escrita. Para outros, teria sido o século XVII, época dos grandes cultores de Oratória como Vieira. A obrigatoriedade de se manter dentro de certos limites a nível lexical e conceptual imposta pelo peso da censura cultural e social exercida pelos outros escritores, assim como a escolha de obras seiscentistas e setecentistas como modelo a seguir, levou a um rápido processo de estabilização da língua literária.

Seguia-se um modelo que nada mais era do que uma re-

ferência ideal, desfazada da realidade linguística e social do dia a dia. Na sua composição, entravam elementos destacados de obras de autores escolhidos com critérios muito rigorosos, e que por vezes hoje nos escapam completamente. Como consequência, há uma verdadeira "caça" ao erro que pretende expurgar dos textos escritos, ou a escrever, os elementos linguísticos (lexicais, semânticos, sintácticos e mesmo fonéticos) considerados ofensivos ou baixos ("abusos da plebe e termos próprios de marotos" cf. Monte Carmelo, COMPENDIO, Prólogo, 3). Muitos destes "abusos" e destes erros, que se encontram compilados em extensas listas para conhecimento geral, pertencem hoje ao nosso lexico comum, sem grandes distinções de variação sociolinguística, como acontecia na altura (3).

Resta referir que a prática setecentista de atestar com "autor clássico" qualquer vocábulo ou frase que sirva de exemplo para "que se livre de censura aos que usam deste termo" (Francisco José Freire, op. cit, p. 33) é ainda hoje seguida, quer por dicionaristas quer em algumas gramáticas, que como atestações do que afirmam se servem apenas de exemplos extraídos de obras literárias.

1. Efectivamente, do "Leitor Mofino" ao "Leitor Benévolo", vários são os tipos de recepção que Bluteau previa para a sua obra e aos quais dirige palavras mais ou menos cheias de um (ir)reverente cuidado quanto a possíveis reacções menos "simpáticas" - facto provavelmente derivado dos setenta e tal anos que tinha à data da publicação da obra.
2. Por exemplo, o desprezo subjacente à afirmação de ignorância, por parte do Pe. Mel. Monteiro, dos livros mais elementares da biblioteca do estudioso da língua, que qualquer um poderia encontrar "nas adelas da feira":

Ouvin V. Paternidade ja fallar em huns livros que se intitulação Thesaurus Linguae Latinae, e em outro que do sobrenome do seu Author se chama Calepino? Não? Pois que culpa temos nós disso? Ora busque-os nas adelas da feira onde communmente se vendem (...)

Mel. José de Paiva, Antidoto Gramatical ...
p. 10

3. Nas suas Reflexões sobre a Língua Portuguesa, Francisco José Freire revela-nos, por ex., que não se deve dizer "actor de theatro" mas sim "representante", que "attestar" no sentido de "testificar" "não tem exemplo que faça auctoridade" (p. 33) e que "brincos por adornos das orelhas, não é tão proprio como arrecadas, palavra de que ainda hoje usa toda a côrte. brinco é joia de peito" (p. 88)

FONTES

- ARGOTE, D. Jeronimo Contador de. 1725. Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina. 2.ed. Lisboa, Officina da Musica.
- BLUTEAU, D. Raphael. 1712. "Dedicatoria a D. João V" Vocabulario Portugues e Latino. vol.I. Coimbra, No Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- CARMELO, Fr. Luis do Monte. 1767. "Prologo" Compendio de Orthographia... Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.
- CANDIDO LUSITANO (Francisco José Freire). 1751. Ilustração critica a huma carta, que hum filologo de Hespanha escreveo a outro de Lisboa a cerca de certos Elogios Lapidares... Lisboa, Officina de Manuel Rodrigues.
- FIGUEIREDO, Antonio Pereira. 1772. "Espirito da Lingua Portuguesa extraido das DECADAS de João de Barros" Memorias de Literatura. Tomo IV. Lisboa, Academia Real de Ciências.
- FREIRE, Francisco José. 1842. Reflexões sobre a lingua portugueza. Lisboa. Sociedade Propagadora dos Conhecimentos úteis (ed. post.).

LOBATO, Antonio José dos Reis. 1771. Arte da Gramatica da Lingua Portugeza. Lisboa, Regia Officina Typographica.

PAIVA, Manuel José de. 1750. Antidoto gramatical... Valencia, Officina de Antonio Balle.

PAIVA, Manuel José de. 1759. Infermidades da lingua, e arte que ensina a emmudecer para melhorar. Lisboa, Officina de Manuel Antonio Monteiro.

Obras de Referência

CIDADE, Hernâni. 1929. Ensaio sobre a crise mental do século XVIII. Coimbra, Imprensa da Universidade.

LAZARO CARRETER, Fernando. 1985. Las ideas lingüísticas en España durante el siglo XVIII. Barcelona, Ed. Crítica.

VILELA, Mário. 1981. "A norma purista no séc. XVIII (com base num exemplo)" RL, 4. pp. 49-61.